

AMOSTRA

Procuradoria-Geral do Estado
do Rio Grande do Norte

REVISÃO DE VÉSPERA

Analista Jurídico



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA PGE/RN!

Seja muito bem - vindo!

**VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ
PARA ESTE CONCURSO.**

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

“

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSE RH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

”

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como



[clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

 **NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:**



- Língua Portuguesa
- História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN
- Informática
- Legislação específica
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direito Civil
- Direito Processual Civil
- Direito Ambiental
- Direito Tributário

VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA PONTUAÇÃO NESTA RETA FINAL!

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

ANALISTA JURÍDICO

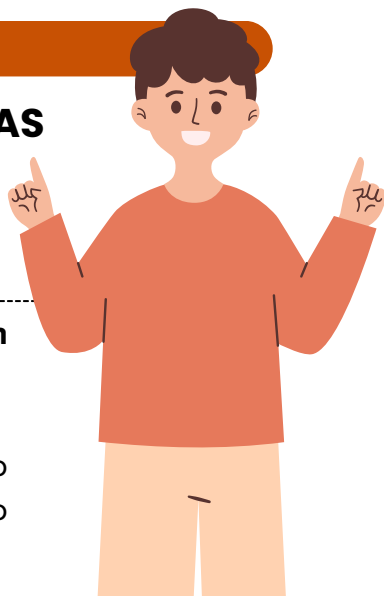
memoriza.ai

DICA

ACENTUAÇÃO DE PALAVRAS OXÍTONAS

As palavras oxítonas são aquelas que têm a **última sílaba tônica**, isto é, é a sílaba mais forte da palavra. Essas palavras podem ou não ser acentuadas.

- Recebem o acento gráfico as palavras oxítonas que **terminam** em: **a/as, e/es, o/os e em/ens**.
- As palavras com terminação **r, l, z, x, i, u, im, um e om** são naturalmente palavras oxítonas, **não** sendo necessário o acento agudo.



ACENTUAÇÃO GRÁFICA

As palavras oxítonas **recebem a acentuação gráfica** quando **terminam** em:

- **Vogais tônicas - á, -ás, -é, -és, -ó, -ós:**
ex. sofá; crachás; filé;
- **Ditongo nasal -ém ou -éns:**
ex. ninguém; mantém; porém;
- **Ditongos abertos -ói, -éu, -éi:**
ex. chapéu; papéis; heróis;

Acentuação de **formas verbais das oxítonas** com pronomes **enclíticos**:

Terminadas em -a:

- conservá-lo;
- prepará-lo;
- acariciá-lo.

Terminadas em -e:

- vendê-lo;
- dizê-lo;
- fazê-lo.

Terminadas em -o:

- pô-lo;
- repô-lo;
- dispô-lo.

Palavras **oxítonas terminadas em "i"** só têm o acento caso a vogal "i" faça parte de um **hiato**. Essa regra **não** é válida se o "i" estiver acompanhado de uma consoante na sílaba.

- **Formas verbais terminadas em i com hiato:** possuí-lo; substituí-lo; atraí-lo.
- **Formas verbais terminadas em i:** dividi-lo; garanti-lo; abri-lo.

LEMBRE-SE!

As palavras oxítonas **são naturalmente acentuadas na última sílaba**, a menos que as regras de acentuação indiquem o contrário.



DICA

SENTIDO DENOTATIVO X SENTIDO CONOTATIVO



SENTIDO CONOTATIVO



O sentido conotativo de uma palavra ou expressão **refere-se às associações secundárias, sugestões ou significados adicionais que a palavra pode ter, além do seu significado literal.**



O sentido conotativo **leva em consideração as emoções, imagens, associações culturais e subjetivas que uma palavra evoca.**



Por exemplo, a palavra "rosa" pode ter um sentido conotativo de amor, romance ou beleza, devido às associações culturais e emocionais que as pessoas têm com essa flor.

SENTIDO DENOTATIVO



O sentido denotativo de uma **palavra ou expressão refere-se ao seu significado literal e objetivo.** É a interpretação mais direta e básica de uma palavra, aquilo que você encontraria em um dicionário.

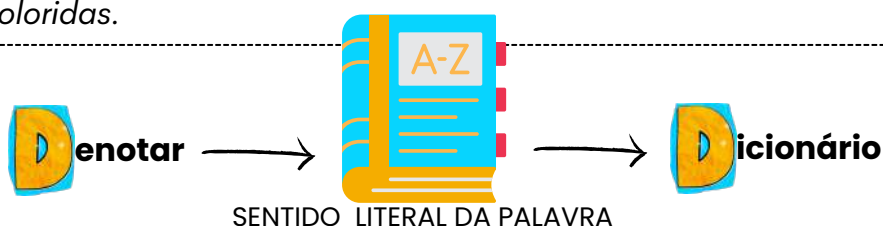


O sentido denotativo se concentra na definição precisa e factual de uma palavra, desconsiderando quaisquer associações subjetivas ou emocionais que ela possa ter.



Por exemplo, o sentido denotativo da palavra "rosa" é uma flor de pétalas coloridas.

LEMBRE-SE!





DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL IV



MESÓCLISE

A **mesóclise** acontece quando o **pronome oblíquo** aparece no meio do verbo, **entrecortando** a palavra. O **pronome liga-se ao verbo por meio do hífen**. A mesóclise pode ocorrer se **duas condições** acontecerem:

- ✓ **Não** houver **justificativa para uso de próclise** (ou seja, não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo); e
- ✓ O **verbo estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo** (seja futuro do presente, seja futuro do pretérito).

Observe:

Informar-lhe-ei assim que possível.

Nesse caso, a forma verbal "**informarei**" está cortada ao meio pelo pronome "**lhe**", sendo um **exemplo de mesóclise**. Isso ocorreu pois **não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo e porque a conjugação está no tempo futuro do presente do modo indicativo**.

→ EXEMPLOS DE MESÓCLISE

- **Consultar-lhe-ei** sobre esse assunto amanhã.
- **Dir-lhe-iam** as novidades se fosse possível.
- **Revelar-nos-ia** os segredos se pudesse.

A mesóclise praticamente **não existe** na linguagem oral e na linguagem escrita informal.

PORTANTO, SE HOUVER FATORES QUE EXIGEM TANTO A PRÓCLISE QUANTO A MESÓCLISE NA MESMA FRASE, A PRÓCLISE PREVALECERÁ.

→ Mesóclise em locuções verbais

O pronome tende a aparecer entrecortando o primeiro verbo (verbo auxiliar).

Verbo auxiliar + **pronome oblíquo** + verbo auxiliar + verbo principal

Ter-nos-iam informado sobre o resultado muito tempo antes, mas não foi possível.



DICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

ARQUIVOS



PRINCIPAIS TIPOS DE ARQUIVOS E EXTENSÕES



Categoria	Descrição	Extensões
 Texto e Documentos	Arquivos de escrita e edição	.txt .docx .odt .pdf
 Planilhas e Dados	Dados numéricos e tabelas	.xls .xlsx .csv
 Imagens	Fotos e gráficos	.jpg .png .gif .bmp
 Áudio	Sons e músicas	.mp3 .wav .aac
 Programas e Executáveis	Filmes e gravações	.exe .msi .bat
 Compactados	Agrupamento de arquivos	.zip .rar .7z

... Dica prática:

Para exibir extensões ocultas no Windows →

➡ Explorador de Arquivos → Exibir → Mostrar → Extensões de nomes de arquivos.



🌐 Exemplo prático

Você recebe um arquivo chamado **“musica.mp3”**.

➡ Pela extensão **.mp3**, o Windows sabe que é um **arquivo de áudio** e o abre automaticamente com o **reprodutor de mídia**.

Se fosse **“musica.txt”**, seria aberto no Bloco de Notas.

🌐 Exemplo prático

Você baixa um arquivo chamado **“planilha” (sem extensão)**.

➡ O ícone é uma **folha em branco**, e ao clicar, o Windows pergunta com qual programa abrir.

Se você renomear para **“planilha.xls”**, o ícone muda automaticamente e o arquivo passa a abrir no leitor de planilha(excel).

XLS



DICA CORREIO ELETRÔNICO III

PROTOCOLOS DE E-MAIL I

DIVERSOS PROTOCOLOS DE E-MAIL SÃO UTILIZADOS PARA ENVIAR, RECEBER E GERENCIAR MENSAGENS ELETRÔNICAS.

vamos conhecer os mais cobrados nas provas?



SMTP (Simple Mail Transfer Protocol)

É o protocolo fundamental para o envio de e-mails.

- Uso: Usado para enviar e-mails de um cliente de e-mail ou servidor para um servidor de e-mail de destino.
- Função: Responsável por encaminhar mensagens para o servidor de destino.



POP3 (Post Office Protocol version 3)

É adequado para configurações onde você deseja baixar e armazenar e-mails localmente.

- Uso: Protocolo de recebimento de e-mail que permite que os usuários baixem mensagens do servidor de e-mail para seus clientes de e-mail.
- Função: As mensagens são geralmente baixadas e armazenadas localmente, e podem ser removidas do servidor, a menos que configurado de outra forma.

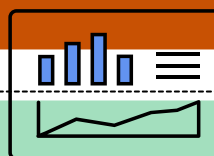


IMAP (Internet Message Access Protocol)

É ideal para cenários em que você deseja acessar seus e-mails de diferentes dispositivos sem perder a sincronização.

- Uso: Também é um protocolo de recebimento de e-mail, mas com uma abordagem diferente do POP3.
- Função: As mensagens permanecem no servidor e são sincronizadas com o cliente de e-mail, permitindo que os usuários gerenciem suas mensagens de várias plataformas.

DICA
EXCEL XV



FUNÇÃO CONT.SE

a mais cobrada das bancas!



A função "CONT.SE" (ou "COUNTIF" em inglês) no Microsoft Excel é **usada para contar o número de células em um intervalo que atendem a um determinado critério ou condição específica**. Esta função é útil quando você deseja contar quantas células em um intervalo de dados satisfazem a uma regra específica.

REGRA

- **CONT.SE(intervalo, critérios)**
- "Intervalo" é o intervalo de células que você deseja contar.
- "Critérios" é a condição que as células devem atender para serem contadas.

ENTENDA MELHOR COM O EXEMPLO:

=CONT.SE(B2:B10, ">=70")

- Isso contará o número de células no intervalo B2:B10 que contêm valores maiores do que ou iguais a 70.

LEMBRE-SE!



A função "CONT.SE" no Excel considera apenas uma única condição. Se você precisar contar com base em múltiplos critérios, pode usar a função "CONT.SES"

DICA

LEI COMPLEMENTAR Nº 122, DE 30 DE JUNHO DE 1994

POSSE



O prazo para a posse é de **30 dias a partir da publicação do ato de provimento** ou da **assinatura da ata** no caso de **eleição**.

- Esse prazo pode ser prorrogado por mais **30 dias**, caso o interessado solicite.



No caso de servidor em **licença** ou **afastamento** por qualquer motivo legal, o prazo de posse começa a contar a partir da **cassação do impedimento** (ou seja, do fim da licença).

- Se o servidor não tomar posse dentro do prazo de 30 dias (ou 60, se prorrogado), o ato de provimento será considerado **sem efeito**, ou seja, ele perde o direito ao cargo.
- Nesse contexto, **não se trata de uma exoneração**, uma vez que a pessoa nomeada ainda não é considerada servidora pública.
- Em vez disso, **ocorre a simples perda dos efeitos do respectivo ato de provimento**.

REQUISITOS EXIGIDOS NO MOMENTO DA POSSE:



- I – Ter nacionalidade brasileira;
- II – Estar com os direitos políticos em dia;
- III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – O nível de escolaridade certo para o cargo
- V – Idade mínima prevista em lei
- VI – E claro, saúde física e mental para encarar o desafio!

LEMBRE-SE!

No dia da posse o **servidor** precisa apresentar uma **declaração de bens** e **valores do seu patrimônio** e também informar se exerce outro **cargo** ou **função pública**.



DICA

LEI COMPLEMENTAR Nº 122, DE 30 DE JUNHO DE 1994

ESTÁGIO PROBATÓRIO



O estágio probatório é um período de avaliação no qual diversos fatores são considerados para **verificar a aptidão e capacidade do servidor público**.

CONDIÇÕES A SEREM AVALIADAS DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO SÃO:

- ✓ Assiduidade (comparece com frequência?)
- 🕒 Pontualidade (chega no horário?)
- 📏 Disciplina (segue regras e normas?)
- 💡 Iniciativa (tem autonomia e proatividade?)
- 📈 Produtividade (entrega resultados?)
- ⚖️ Responsabilidade (cumpre o que promete?)
- 💛 Probidade (é honesto e ético?)
- 🔍 Interesse pelo serviço (demonstra vontade de contribuir?)



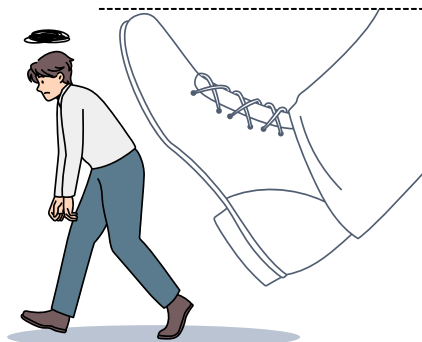
Assim que o servidor começa a trabalhar, ele entra em um período de teste chamado estágio probatório, que dura **24 meses (2 anos)**. Nesse tempo, ele será avaliado para saber se tem perfil para continuar no cargo.

📝 Como é feita essa avaliação?

- A avaliação formal acontece **4 meses antes de acabar o estágio**.
- É feita por meio de um processo definido em regulamento e o servidor tem direito à defesa.
- O setor de pessoal encaminha o resultado ao dirigente responsável, que vai decidir se o servidor será confirmado no cargo ou exonerado.

✖️ Atenção!

- Mesmo após iniciar essa avaliação final, a observação continua até o **resultado** ser oficialmente homologado.
- Se o servidor não for aprovado, ele será **exonerado**.
- Se ele já era **estável** em **outro cargo**, pode ser **reconduzido** ao cargo anterior, conforme as regras do artigo 29.



DICA

LEI COMPLEMENTAR Nº 122, DE 30 DE JUNHO DE 1994



APROVEITAMENTO



O aproveitamento acontece quando um servidor que estava em disponibilidade (ou seja, sem cargo ativo, mas ainda vinculado ao serviço público) retorna às atividades.

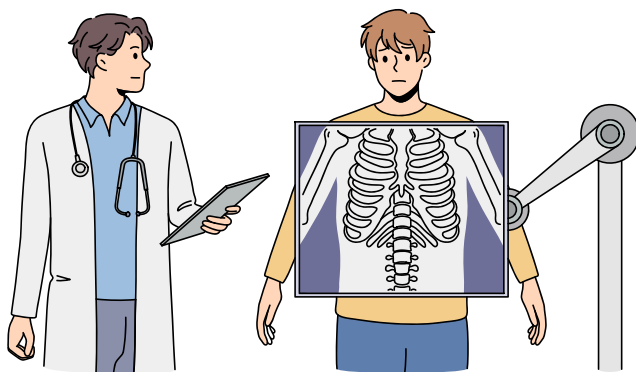
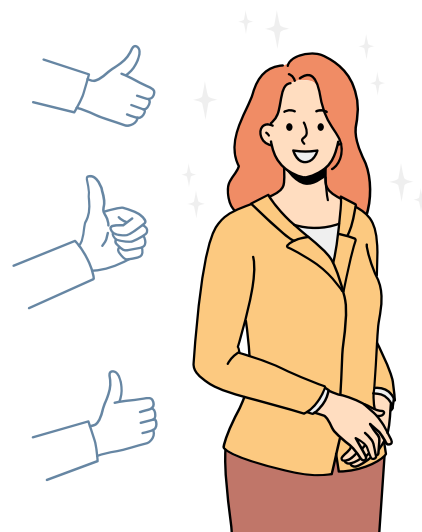
ISSO PODE ACONTECER EM DUAS SITUAÇÕES:

Ele pode voltar para:

- O mesmo cargo que ocupava antes;
- Ou para outro cargo com funções e salário parecidos.

Como funciona esse retorno?

- É obrigação da administração pública buscar uma vaga compatível para esse servidor voltar ao trabalho.
- Se surgir uma vaga adequada, ele deve ser aproveitado nela.



! IMPORTANTE:

- SE O SERVIDOR **NÃO ASSUMIR O NOVO CARGO** NO **PRAZO** LEGAL, O APROVEITAMENTO É **CANCELADO** E A **DISPONIBILIDADE É CASSADA**
- A NÃO SER QUE ELE **COMPROVE**, POR JUNTA MÉDICA, QUE ESTÁ **DOENTE**.

DICA

CAPITANIA DO RIO GRANDE E O SISTEMA DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

CAPITANIA DO RIO GRANDE E O SISTEMA DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

E deu certo?

→ ✗ Nem tanto. O sistema enfrentou **muitos problemas**, como:

- Falta de apoio direto da Coroa
- Longas distâncias e dificuldades de comunicação
- Ataques indígenas e de corsários (franceses, principalmente)
- Falta de recursos e mão de obra

▼ **Resultado:** apenas algumas **capitanias prosperaram**, como a de Pernambuco (graças à produção de açúcar) e São Vicente.

▼ Outras, como a do Rio Grande, **fracassaram** no início.

E o que aconteceu com a **Capitania do Rio Grande**?



- A região foi **pouco povoada** e **mal defendida no início**.
- Franceses se **instalaram** no **litoral potiguar** no século XVI.
- Foi retomada com **ajuda militar** da Capitania de Pernambuco.
- Em meados do século XVII, passou para a **administração direta da Coroa**, como outras capitanias fracassadas.
- A partir daí, fortaleceu-se com a **construção de fortificações, como o Forte dos Reis Magos**, fundado em 1598.

⚠ **Pontos de prova que vivem caindo!**

- Donatários recebiam cartas de doação 📜 e forais (documentos com direitos e deveres).
- Podiam doar **sesmarias** (lotes de terra), fundar vilas e **cobrar tributos**.
- A Capitania do Rio Grande foi incorporada à administração direta da Coroa em meados do século XVII.

Resumo para provas (pontos quentes!)

- ♦ **Cartas de doação e forais:** documentos que regulamentavam o sistema
- ♦ **Sesmarias:** lotes de terra concedidos para produção
- ♦ **Donatários:** tinham poderes administrativos, judiciais e fiscais
- ♦ **Capitania do Rio Grande:** fracassou no início, foi invadida, e depois incorporada à Coroa

DICA

PERÍODO HOLANDÊS E A UNIÃO IBÉRICA NO RN

PERÍODO HOLANDÊS E A UNIÃO IBÉRICA NO RN

União o quê? Calma que eu explico!

Entre 1580 e 1640, os tronos de **Portugal** e **Espanha** foram **unificados** sob o domínio do rei espanhol Felipe II. Esse período ficou conhecido como União Ibérica.

Isso aconteceu porque o rei de Portugal morreu sem herdeiros diretos, e o trono passou ao rei da Espanha, que era seu parente.

! O problema:

- Portugal tinha **acordos comerciais** com países inimigos da Espanha, como a Holanda. Quando os espanhóis tomaram o controle, os holandeses perderam o acesso ao açúcar do Brasil e às riquezas portuguesas — e decidiram atacar.

E no RN? O que houve?

Territórios abrangidos pela colônia 'Nova Holanda' entre 1630 e 1654



Em 1633, durante a **ocupação holandesa do Nordeste**, a Capitania do Rio Grande foi invadida.

Os holandeses tomaram o **Forte dos Reis Magos**, símbolo da defesa colonial, e o rebatizaram de Forte de Keulen.

O objetivo era **controlar o comércio do açúcar** e **rotas marítimas estratégicas**, além de enfraquecer o império ibérico.

Fórmula pra memorizar:

União Ibérica = fraqueza de Portugal ➡ invasão holandesa no RN (1633)

➡ ocupação e resistência até 1654

Forte dos Reis Magos virou Keulen

Brasil Holandês não vingou no RN!

DICA

AGROPECUÁRIA: A FORÇA DO INTERIOR POTIGUAR

AGRICULTURA NO RN

● Agricultura irrigada e comercial

Com o uso de **sistemas** de **irrigação** modernos (como gotejamento e aspersão), algumas regiões do estado se destacam na agricultura voltada para o mercado nacional e internacional.

📌 Destaques:

- Vale do Açu
- Mossoró

Nessas áreas, há grande produção de frutas tropicais como:



Essa produção é em **larga escala**, voltada principalmente para a **exportação**, com destaque para mercados como Europa e Estados Unidos.

Curiosidade: O RN é um dos maiores **exportadores** de **melão** do Brasil!



DICA

MINERAÇÃO: RIQUEZA ESCONDIDA NO SERIDÓ

TURISMO: BELEZA QUE MOVIMENTA A ECONOMIA

Mas e o turismo, professora? Só praia?

Quase! O litoral potiguar é realmente a grande estrela, mas o turismo no RN vai muito além de sol e mar! Tem também **cultura, ecoturismo, aventura e religiosidade**.

Principais atrativos turísticos:

Litoral

- **Natal:** Praia de Ponta Negra, Morro do Careca, Forte dos Reis Magos, Via Costeira
- **Extremoz:** Dunas e lagoa de Genipabu (esportes radicais com buggy e dromedários 🐪)
- **Tibau do Sul:** Praia da Pipa (internacionalmente famosa!)
- **Maxaranguape e Maracajaú:** Parrachos e mergulho com snorkel 🤿
- **Baía Formosa:** Surf e natureza preservada 🌴

Interior

- **Seridó:** Turismo de aventura (trilhas, escaladas, geoturismo) e turismo religioso (ex: Santa Cruz, com o Santuário de Santa Rita de Cássia)
- **Mossoró:** Cultura nordestina forte (Auto da Liberdade, museus, história do cangaço)

IMPACTO NA ECONOMIA:

O turismo no RN é um dos maiores geradores de emprego direto e indireto!

Movimenta:

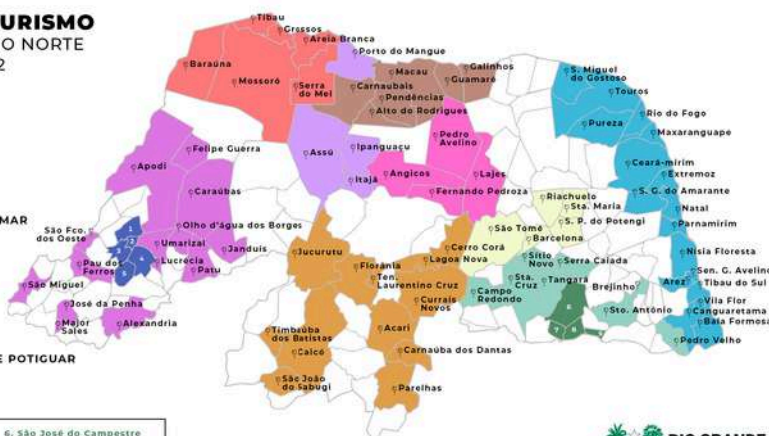
- 🏨 Rede hoteleira
- 🍴 Restaurantes
- 🚗 Transporte
- 🛍️ Comércio e artesanato
- 🗺️ Guias turísticos e agências de viagem



O estado recebe turistas nacionais e internacionais, especialmente da Europa. O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (Natal) é uma das principais portas de entrada.

MAPA DO TURISMO RIO GRANDE DO NORTE AGOSTO - 2022

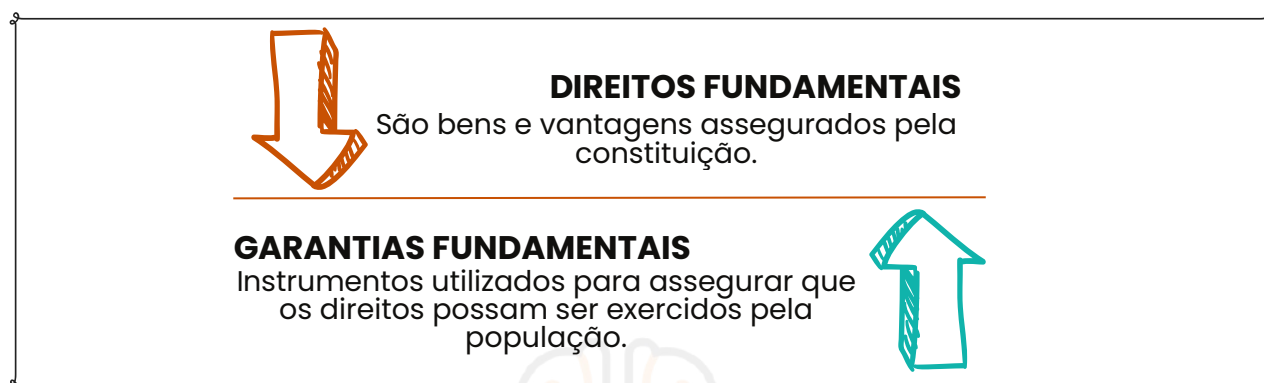
- ACRESTE/TRAIRI
- CABUGI CENTRAL
- COSTA BRANCA
- COSTA DAS DUNAS
- DO SERTÃO PARA O MAR
- POTENGI
- ROTA DO FRIO
- SERIDÓ
- SERRANO
- SERRAS DO ACRESTE POTIGUAR
- VALE MAR



- | | |
|------------------------|--------------------------|
| 1. Blacho da Cruz | 6. São José do Campestre |
| 2. Viçosa | 7. Monte das Gameleiras |
| 3. Portalegre | 8. Serra de São Bento |
| 4. Martins | 9. Passa e Fica |
| 5. Sertinha dos Pintos | |

Apesar de o texto da Constituição Federal não fazer distinção explícita entre os dois institutos, é possível dizer que ambos os conceitos têm funções diferentes. Os **direitos fundamentais** podem ser definidos como os bens e vantagens que a Constituição Federal concede. As **garantias fundamentais**, por outro lado, são os mecanismos constitucionais que protegem os direitos fundamentais.

Além disso, **vale destacar que eles possuem aplicabilidade imediata**. Contudo, sua eficácia será validada de acordo com o planejamento e a prática de políticas públicas.



- ✓ É importante salientar que **não há uma hierarquia entre os direitos fundamentais constitucionalmente previstos**, embora alguns deles, como mencionado, sejam a base para a existência de outros direitos.
- ✓ São muitas as questões de prova que **exigem a característica da relatividade dos direitos fundamentais**. Em todos os casos, devemos lembrar que "**não há direitos ou garantias que sejam absolutos**".

DICA

ALCANCE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



Apesar de o artigo 5.º, caput, se referir apenas a "brasileiros e estrangeiros residentes no país", é **unânime na doutrina que os direitos fundamentais são válidos para qualquer pessoa que esteja em território nacional, mesmo que seja um estrangeiro residente no exterior**. Um estrangeiro que estiver de férias no Brasil será, portanto, titular de direitos fundamentais.

DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE IV

ALÍNEA "B"

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Previsão constitucional: Art. 12º, I, CF.

Vamos entender isso?

Na alínea "b" da Constituição, é estipulado que **indivíduos nascidos fora do Brasil podem ser considerados brasileiros natos** se tiverem um pai ou mãe brasileiros, desde que pelo menos um deles esteja trabalhando para a República Federativa do Brasil.

É importante destacar que o legislador constituinte optou por usar o princípio do "**jus sanguinis**" aqui, a **obtenção da nacionalidade** segundo essa regra demanda o **cumprimento simultâneo de dois critérios**:



Ser **descendente** de um **pai brasileiro** ou uma **mãe brasileira**, ou de ambos.



Pelo menos **um dos pais**, ou ambos, **devem estar prestando serviços para o Brasil** no exterior.

curiosidade!

Q "jus sanguinis" X



jus sanguinis deriva do latim e significa "direito de sangue". Garante ao indivíduo o direito à cidadania de um país por meio de sua ascendência.

Q "jus solis" X



jus solis: deriva do latim e significa "direito de solo". Garante ao indivíduo o direito à nacionalidade do lugar onde nasceu.



DICA

APLICABILIDADE CONSTITUCIONAL III

APLICABILIDADE DAS
NORMAS CONSTITUCIONAIS

normas de eficácia limitada

sua aplicabilidade é **indireta, mediata e reduzida**.



Por fim, as **normas constitucionais de eficácia limitada** referem-se àquelas que necessitam de regulamentação infraconstitucional para produção de seus efeitos.



Ou seja, o **texto constitucional** mostra-se incapaz de, isoladamente, produzir todas as consequências necessárias à concretização do direito.

características

NÃO-AUTOAPLICAVEIS

A não-autoaplicabilidade se refere à **necessidade de suplementação legislativa** para que os efeitos do texto constitucional se manifestem plenamente.

APLICABILIDADE INDIRETA, MEDIATA E REDUZIDA

No que diz respeito à **aplicabilidade indireta**, isso envolve a **necessidade de uma lei regulamentadora** para dar eficácia aos efeitos pretendidos pelo texto constitucional.

A **aplicabilidade mediata**, por sua vez, ocorre quando o **texto constitucional**, por si só, **não é suficiente para produzir os efeitos desejados pelo legislador**.

Por fim, no contexto da **aplicabilidade reduzida**, é importante ressaltar que essas normas **possuem um grau limitado de eficácia** logo após a promulgação da Constituição de 1988.



mnemônico

PINGA COM LIMÃO

EFICÁCIA PLENA
EFICÁCIA CONTIDA
EFICÁCIA LIMITADA



DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.

4

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.

mnemônico
PATI

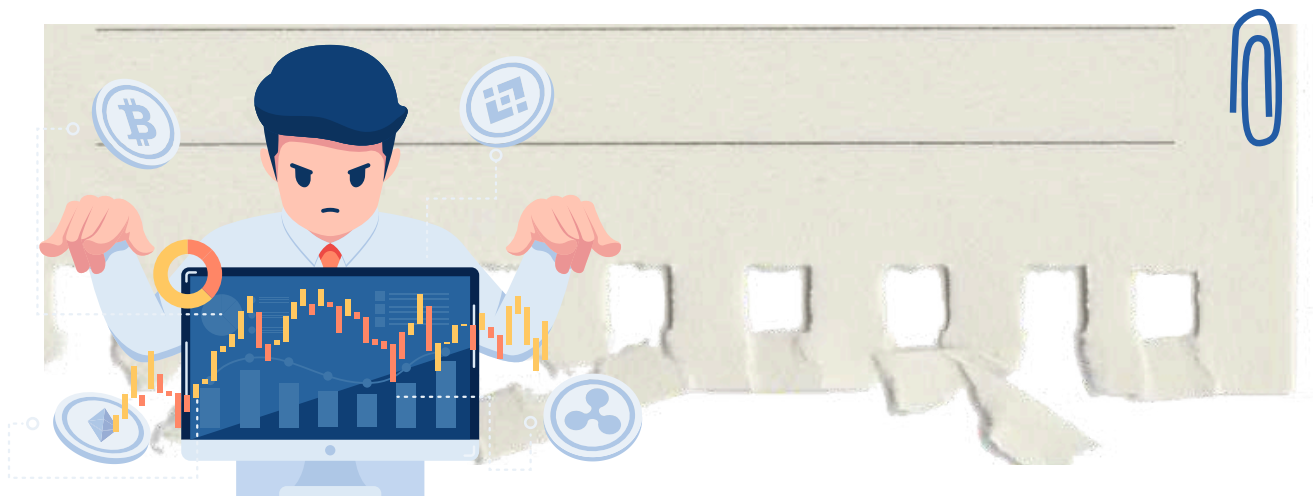
Presunção de Legitimidade
Autoexecutoriedade
Tipicidade
Imperatividade



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observação, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

DICA

DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

TÉRMINO DE TRATAMENTO DE DADOS



O Artigo 15 da LGPD estabelece as **condições para o término do tratamento de dados pessoais**, enquanto o Artigo 16 define as **situações em que os dados pessoais podem ser eliminados** após o término do tratamento. Vamos analisar ambos:

Artigo 15 - Término do tratamento de dados pessoais:

- O tratamento dos dados pessoais deve **cessar quando for verificado que a finalidade para a qual foram coletados foi alcançada**, ou quando os dados **deixarem de ser necessários ou pertinentes** para essa finalidade específica.
- O tratamento dos dados **deve cessar ao término do período estabelecido** para essa atividade.
- O tratamento dos dados **deve cessar caso o titular comunique sua decisão de revogar o consentimento**, conforme previsto no § 5º do art. 8º da LGPD, respeitando-se o interesse público.
- O tratamento dos dados **deve cessar caso haja determinação da agência nacional**, especialmente em casos de violação das disposições da LGPD.

Artigo 16 - Eliminação dos dados pessoais:

- Os dados pessoais podem ser eliminados **após o término do tratamento**, **exceto** se **houver obrigação legal ou regulatória** que determine sua conservação.
- Os dados pessoais podem ser **mantidos para estudos por órgão de pesquisa**, desde que seja garantida a anonimização dos dados sempre que possível.
- Os dados pessoais podem ser **transferidos a terceiros**, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados estabelecidos na LGPD.
- Os dados pessoais podem ser **mantidos para uso exclusivo do controlador**, desde que seja **vedado o acesso por terceiros e que os dados estejam anonimizados**.

JÁ CAIU EM PROVA!!!



DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

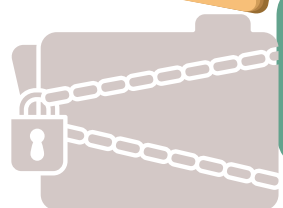
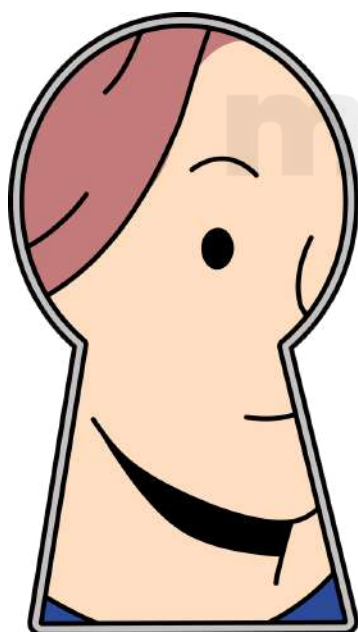
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar** a **segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto**, **secreto**, **reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

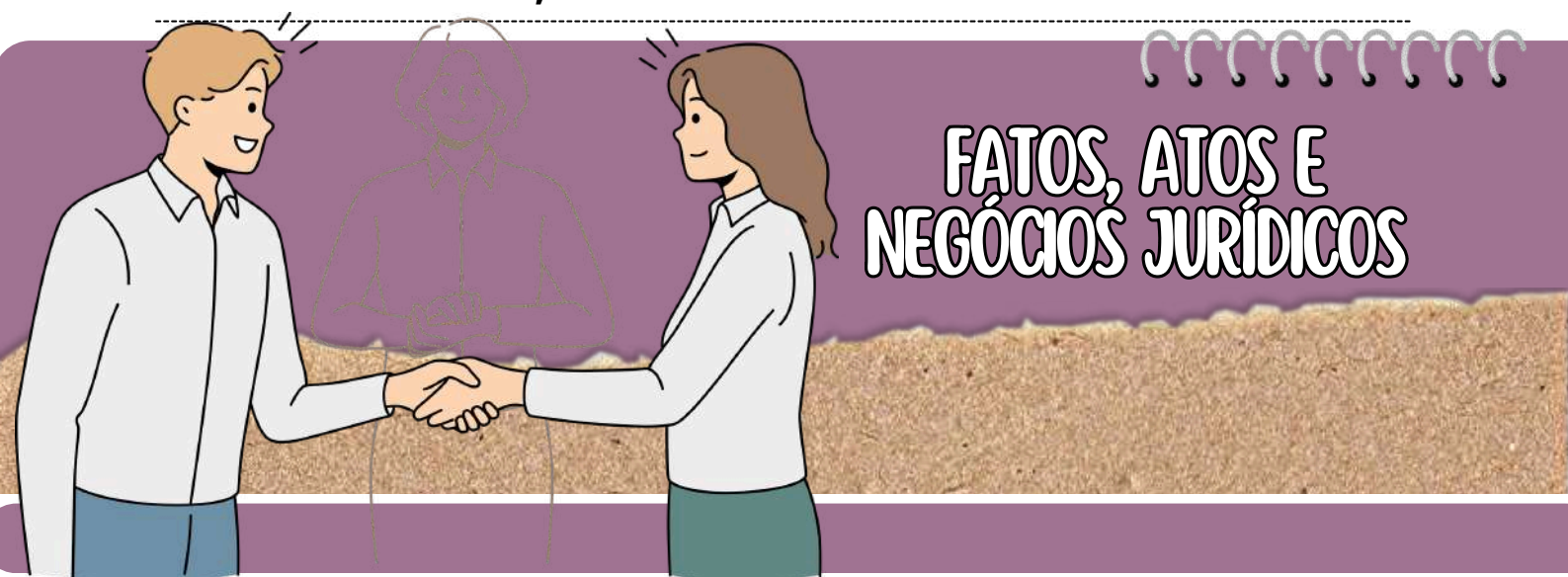
RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

DICA

FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS I



FATO JURÍDICO EM SENTIDO LATO:

- Refere-se a **qualquer acontecimento**, **dependente** ou **não da vontade humana**, que produz ou tem potencialidade para **produzir efeitos jurídicos**.

FATOS JURÍDICOS NATURAIS OU EM SENTIDO ESTRITO:

- São **acontecimentos involuntários**, **independentes** da **vontade humana**, que **produzem efeitos jurídicos**. Exemplos incluem *prescrição*, *decadência* e *formas de aquisição de propriedade imobiliária por acessão natural*.

ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO AMPLO:

- São todos os **acontecimentos com repercussões jurídicas** decorrentes da **vontade humana**.

ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO:

- São os **atos jurídicos provenientes da vontade humana** que geram efeitos previstos na norma jurídica, e esses efeitos não podem ser modificados.

Um exemplo é o *registro de nascimento de um filho*.

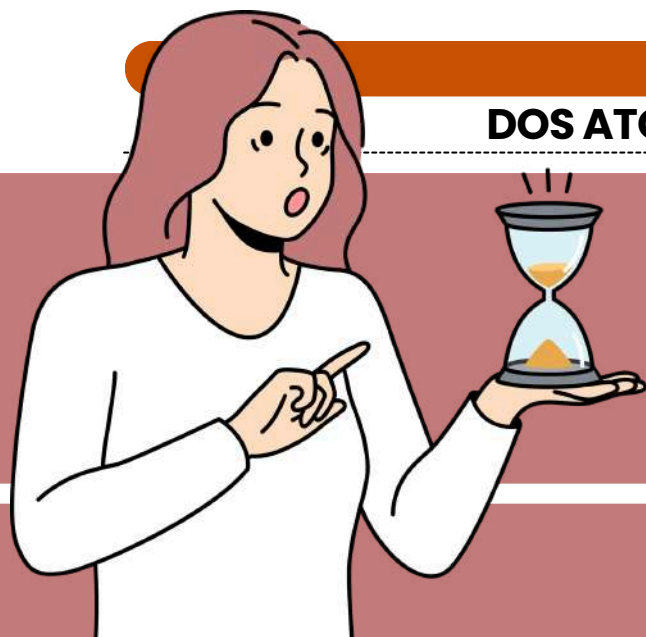
ATO FATO-JURÍDICO:

- São atos nos quais a **manifestação de vontade humana é essencial para sua existência**, mas a produção de efeitos não depende do ânimo ou da consciência do agente.

Um exemplo é a *escolha de ter um filho*, onde o efeito jurídico (a aquisição de personalidade) ocorre independentemente da consciência do agente.

NEGÓCIOS JURÍDICOS:

- Refere-se a toda **declaração de vontade** que o **ordenamento jurídico** atribui os **efeitos desejados pelo agente**, desde que respeitados os pressupostos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia.



DICA

DOS ATOS PROCESSUAIS III

PRAZOS DOS ATOS PROCESSUAIS I



Os atos processuais devem ser realizados **dentro dos prazos** estabelecidos por lei.

- § 1º: Quando a lei for omissa, o **juiz determinará os prazos** com base na complexidade do ato.
- § 2º: Se a lei ou o juiz não determinar um prazo, as **intimações** só obrigarão ao comparecimento após **48 horas**.
- § 3º: Na ausência de **preceito legal** ou **prazo determinado pelo juiz**, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de **5 dias**.
- § 4º: Será considerado **tempestivo** o ato praticado **antes do termo inicial do prazo**.

NA CONTAGEM DE PRAZOS PROCESSUAIS EM DIAS, SÓ SERÃO CONSIDERADOS OS **DIAS ÚTEIS**.

Esta **regra** aplica-se **exclusivamente** aos **prazos processuais**.

SUSPENSÃO DO PRAZO PROCESSUAL

- **Caput:** O prazo processual é **suspenso** entre **20 de dezembro e 20 de janeiro**.
- § 1º: Apesar da suspensão, juízes, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública e auxiliares da Justiça devem **exercer suas funções**, salvo nas férias individuais e feriados instituídos por lei.
- § 2º: Durante a suspensão, **não se realizarão audiências nem sessões de julgamento**.

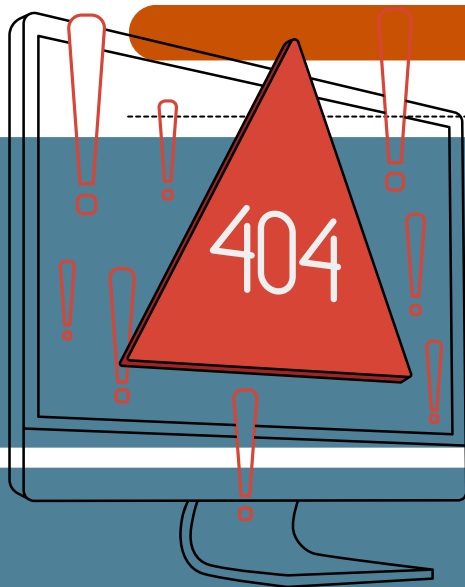


- O PRAZO É **SUSPENSO** POR **OBSTÁCULOS** CRIADOS CONTRA A PARTE OU NAS HIPÓTESES DO ART. 313, SENDO RESTITUÍDO PELO **TEMPO FALTANTE**.
- OS PRAZOS TAMBÉM SE SUSPENDEM DURANTE A **EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO** INSTITUÍDOS PELO PODER JUDICIÁRIO, COM DURAÇÃO ESPECIFICADA PREVIAMENTE PELOS TRIBUNAIS.

SE O **PRAZO EXPIRAR**, O DIREITO DE **PRATICAR** OU **CORRIGIR** O **ATO PROCESSUAL** SE **EXTINGUE** AUTOMATICAMENTE, SEM NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO JUDICIAL.

DICA

DOS ATOS PROCESSUAIS IV



DAS NULIDADES

→ Se uma parte do processo **causa um erro ou não segue uma forma prescrita por lei**, ela não pode depois pedir que o ato seja declarado nulo com base nesse erro.

→ Se um ato processual foi feito de **forma diferente da prescrita pela lei**, mas **atingiu a finalidade** que se esperava, **o juiz pode considerá-lo válido**.

→ Se uma parte deseja **alegar** que um **ato é nulo**, ela deve fazê-lo na **primeira oportunidade que tiver para falar nos autos**, ou seja, no primeiro momento em que puder se manifestar no processo. Se não o fizer, perde essa oportunidade (**preclusão**).

Se o Ministério Público (MP) deve **intervir no processo e não for intimado, o processo é considerado nulo**.

- § 1º Se o processo seguiu sem o conhecimento do MP, **o juiz invalidará os atos desde o momento em que o MP deveria ter sido intimado**.
- § 2º A **nulidade** só pode ser decretada após a **intimação do MP**, que irá se manifestar sobre a existência ou inexistência de prejuízo.

SE UMA **CITAÇÃO** OU **INTIMAÇÃO** (ATOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO) NÃO SEGUIR AS REGRAS LEGAIS, **SERÁ CONSIDERADA NULA**.

SE UM ATO FOR **ANULADO**, TODOS OS ATOS SUBSEQUENTES QUE DEPENDEM DESSE ATO TAMBÉM SÃO CONSIDERADOS **SEM EFEITO**.

NO ENTANTO, SE UMA PARTE DO ATO FOR INDEPENDENTE E NÃO PREJUDICADA PELA NULIDADE, ESSA PARTE **NÃO SERÁ ANULADA**.

QUANDO O JUIZ DECLARA A NULIDADE DE UM ATO, ELE DEVE INDICAR **QUAIS ATOS SÃO AFETADOS** E ORDENAR QUE ESSES ATOS SEJAM **REPETIDOS** OU **CORRIGIDOS**.

SE HOUVER UM **ERRO NA FORMA DO PROCESSO**, APENAS OS **ATOS QUE NÃO PODEM SER APROVEITADOS** SERÃO **ANULADOS**. OS ATOS NECESSÁRIOS PARA SEGUIR AS PRESCRIÇÕES LEGAIS DEVEM SER REALIZADOS.



OS ATOS **PRATICADOS** SERÃO **APROVEITADOS** DESDE QUE **NÃO RESULTEM EM PREJUÍZO À DEFESA DE QUALQUER PARTE**.



DICA

CONCEITOS GERAIS DE ESTUDOS TÉCNICOS

ETAPAS DO LICENCIAMENTO – LP, LI E LO

1. LP – LICENÇA PRÉVIA

Quando ocorre?

Na fase de **planejamento** do empreendimento.

O que ela faz?

- ✓ Aprova a **viabilidade ambiental**
- ✓ Aprova a **localização**
- ✓ Aprova a **concepção do projeto**
- ✓ Estabelece **condicionantes para as próximas fases**

A LP não autoriza obra nem funcionamento.

LP

Licença
Prévia

É a fase de avaliação da viabilidade socioambiental do projeto.

2. LI – LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Quando ocorre?

Após **cumprimento** das exigências da LP.

O que ela faz?

- ✓ Autoriza o **início da obra/installação**
- ✓ Aprova os **planos e projetos executivos**
- ✓ **Exige cumprimento** das **condicionantes**

Sem LI, a obra é irregular.

LI

Licença de
Instalação

É a fase em que se apresenta o projeto executivo e após aprovação inicia-se a construção.

3. LO – LICENÇA DE OPERAÇÃO

Quando ocorre?

Após verificação de que tudo foi instalado conforme aprovado.

O que ela faz?

- ✓ Autoriza o **funcionamento da atividade**
- ✓ Confirma **cumprimento das exigências anteriores**
- ✓ Pode estabelecer **novas condicionantes**

Sem LO, a atividade não pode operar.

LO

Licença de
Operação

É a fase em que se avalia a construção e é autorizada a operação.

🎯 Ponto importante

A LO normalmente possui **prazo determinado** e pode ser renovada.

CONDICIONANTES

Em todas as fases podem ser impostas condicionantes ambientais, como:

- Compensação ambiental
- Monitoramento
- PRAD
- Controle de emissões

Descumprimento pode gerar:

🚫 **Multa** 🚫 **Suspensão** 🚫 **Cassação da licença**



DICA

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997



PRAZOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- ➔ O **licenciamento ambiental** é um processo essencial para garantir que as atividades econômicas sejam realizadas de forma **sustentável**, respeitando o meio ambiente.
- ➔ Porém, como qualquer procedimento administrativo, ele está sujeito a **regras e prazos** específicos que devem ser seguidos tanto pelo empreendedor quanto pelo órgão ambiental.

Prazo de Análise das Licenças (Art. 14):

O órgão ambiental competente deve **analisar o pedido de licença** dentro dos seguintes prazos:

An illustration of a hand holding a stopwatch, with large gold numbers 6 and 12 on either side, and small alarm clock icons.

Até 6 meses: Para licenças simples, como **Licença Prévia** (LP), **Licença de Instalação** (LI) e **Licença de Operação** (LO).

Até 12 meses: Quando o empreendimento exigir estudos mais complexos, como o **EIA/RIMA** (Estudo de Impacto Ambiental), ou houver necessidade de audiência pública.

por que isso importa?

ESSES PRAZOS GARANTEM QUE O PROCESSO NÃO FIQUE INDEFINIDAMENTE PARADO.

Mas atenção! O prazo pode ser **suspenso** se o empreendedor precisar corrigir ou complementar os documentos apresentados.



DICA

LEI Nº 9.985/00 - SNUC

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS



→ Em unidades como as **Estações Ecológicas**, a **alteração dos ecossistemas** é permitida somente em **situações específicas**, como por exemplo:



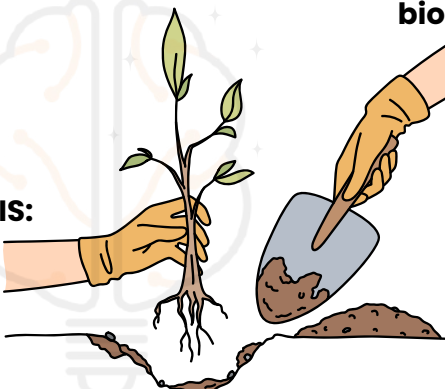
COLETA DE COMPONENTES NATURAIS:

- **Apenas para** fins científicos controlados. 🇧🇷



MANEJO DE ESPÉCIES:

- Para preservar a **diversidade biológica**. 🦋



RESTAURAÇÃO DE ECOSISTEMAS MODIFICADOS:

- Quando há necessidade de **recuperar áreas** que foram **degradadas**. 🌍



- **Pesquisas científicas:** Quando o impacto sobre o meio ambiente é maior que o causado pela observação ou coleta, e a área afetada **não pode ultrapassar 3%** da **extensão** total da **unidade** (limitada a 1.500 hectares). 🧑🔬

COMO AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GARANTEM A PRESERVAÇÃO 🌿

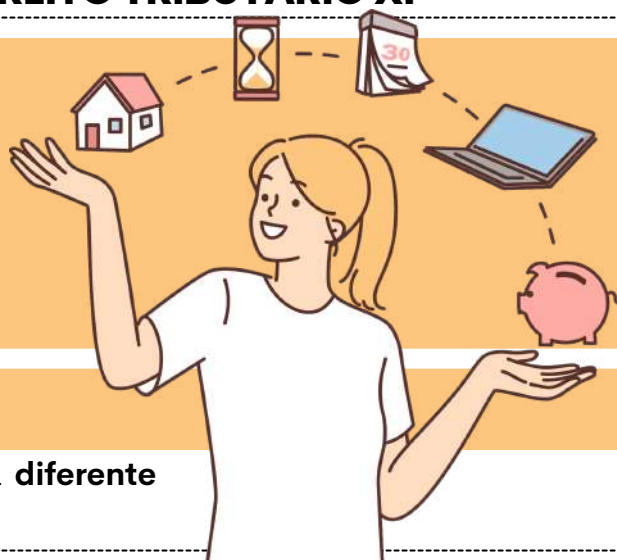
→ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é uma ferramenta essencial para a **preservação da biodiversidade no Brasil**. As **Unidades de Proteção Integral**, como as **Estações Ecológicas**, desempenham um papel fundamental, permitindo **apenas atividades científicas e educacionais de baixo impacto**.

→ Já as **Unidades de Uso Sustentável** oferecem uma **gestão** mais **flexível**, com a possibilidade de **uso controlado dos recursos naturais**, desde que respeite as normas de **sustentabilidade**.

DICA

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO XI

IMPOSTOS DA UNIÃO II



→ A União **não** pode criar um tributo que seja **diferente** para diferentes estados ou municípios.

E O ESTADO E OS MUNICÍPIOS?

Também é vedado que estados, o Distrito Federal e municípios criem **diferenças** na tributação de bens com base em sua origem ou destino.

Por exemplo, um estado não pode cobrar impostos diferentes sobre um bem só porque ele foi produzido em outro estado ou porque será enviado para outro lugar. Isso evita barreiras fiscais internas, promovendo a livre circulação de bens pelo território nacional e garantindo um mercado interno mais integrado e eficiente.

→ Somente a União, nos seguintes casos **excepcionais**, pode instituir empréstimos compulsórios:



CALAMIDADE PÚBLICA QUE NECESSITE DE AUXÍLIO FEDERAL QUE NÃO POSSA SER ATENDIDO COM OS RECURSOS DISPONÍVEIS.



GUERRA EXTERNA OU SUA IMINÊNCIA



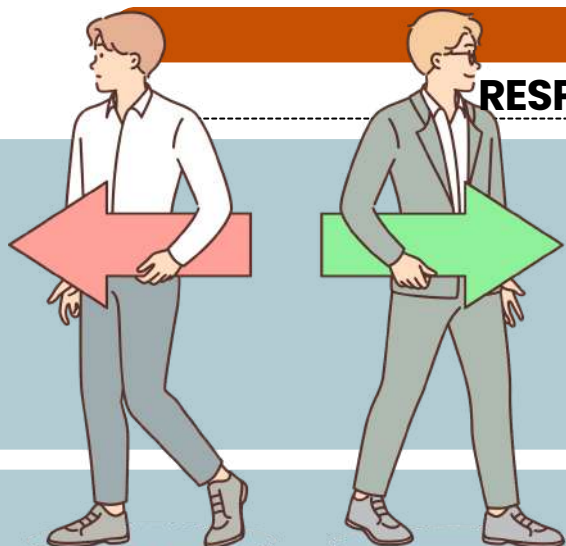
SITUAÇÕES ECONÔMICAS QUE EXIJAM A ABSORÇÃO TEMPORÁRIA DE **PODER AQUISITIVO**.

mas, o que é empréstimo compulsório?

Empréstimos compulsórios são uma forma de **tributo temporário** e **excepcional**, onde o governo **obriga** os cidadãos e empresas a emprestarem dinheiro ao Estado. Essa medida é utilizada apenas em situações de extrema necessidade, como crises econômicas graves, guerras, ou calamidades públicas que requerem um auxílio financeiro urgente que não pode ser coberto pelos recursos orçamentários disponíveis.

DICA

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA II



RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES II

Exceções:



- Não se aplica a alienação judicial em processo de **falência** ou **recuperação judicial**, salvo se o adquirente for *sócio, parente do devedor, ou identificado como agente com objetivo de fraudar a sucessão tributária*.



EXEMPLO:

- Quem compra um negócio e continua sua operação assume os tributos pendentes, com algumas exceções.
- Em casos de falência ou recuperação judicial, a responsabilidade pode ser diferente, especialmente para evitar fraudes.



Em **falência**, o produto da venda judicial fica **depositado** por **um ano** para pagamento de **créditos prioritários**.

EXEMPLO:



- Se você compra uma loja e o vendedor fecha seu negócio, você assume todos os tributos pendentes da loja.
- Se o vendedor abre outro negócio similar em seis meses, ele ainda é responsável pelos tributos, juntamente com você.



CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte!**

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA



Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)